



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

AMANDA MILKA XAVIER SOARES

**ASSIM FALAVA SIMONE DE BEAUVOIR: ENSINANDO GÊNERO NA SALA DE
AULA EM TEMPOS DE DIFICULDADES (2017)**

GUARABIRA – PB

2017

AMANDA MILKA XAVIER SOARES

**ASSIM FALAVA SIMONE DE BEAUVOIR: ENSINANDO GÊNERO NA SALA DE
AULA EM TEMPOS DE DIFICULDADES (2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora, no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de graduado em História.

Área de concentração: História e Estudos Culturais: Etnia, Crença, Gênero e Sexualidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega

GUARABIRA – PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S676a Soares, Amanda Milka Xavier.
Assim falava Simone de Beauvoir [manuscrito] : ensinando gênero na sala de aula em tempos de dificuldades (2017) / Amanda Milka Xavier Soares. - 2017.
34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Elisa Maria de Medeiros Nóbrega, Coordenação do Curso de História - CH."

1. Ensino de História. 2. Gênero. 3. Feminismo.

21. ed. CDD 305.4

AMANDA MILKA XAVIER SOARES

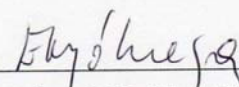
ASSIM FALAVA SIMONE DE BEAUVOIR: ENSINANDO GÊNERO NA SALA DE
AULA EM TEMPOS DIFICULTOSOS

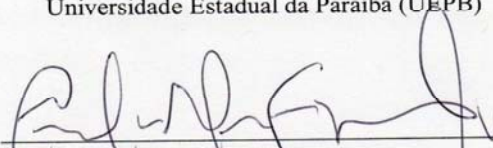
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora, no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Graduada em História.


Área de concentração: História e Estudos Culturais: Etnia, Crença, Gênero e Sexualidade.

Aprovado em: 07/12/2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Carlos Adriano Ferreira de Lima (1º Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Dr.^a Susel Oliveira da Rosa (2ª Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Terminar essa graduação exigiu de mim um grande esforço, trouxe algumas noites mal dormidas e muitas saudades da família. Finalizo o curso muito feliz e satisfeita, pois tive uma das melhores experiências da minha vida. A graduação me fez ser quem sou hoje, me fez entender questões dentro que nunca imaginei conseguir compreender.

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado a graça de concluir. Agradeço a meu pai Antonio Costa Soares, minha mãe Maria Marluce Xavier, minhas irmãs Aline Mirna Xavier Soares e Rita de Cássia Xavier e meu sobrinho maravilhoso Josué Xavier Martins, foi graças ao amor e incentivo deles(as) que tive forças pra aguentar as saudades de todos(as).

Aos meus amigos de curso que estiveram juntos comigo todos esses anos, aos que não são da graduação também agradeço, vocês sempre estarão guardados no meu coração. Agradeço, especialmente, a Annyeli Lima e Edilane Nascimento por todas as tardes regadas a muitas histórias e muitas risadas, Rafaele Vivyan, Sandra Maria, Velbiane Chaves, Valber Andrade, Carla Nayara, Alexandre Arújo (Xandy), sua ajuda foi de suma importância, nunca terei como lhe pagar pelo que você fez por mim, Jaeffison Furtado, Pedro Torres, você foi uma anjo que Deus enviou para me ajudar, a nossa amizade transpôs os muros da universidade e estaremos sempre ligados pelos laços afetivos.

A todos(as) da coordenação de História, por terem atendido prontamente todas as vezes que precisei, aos professores que fizeram parte da minha formação não só acadêmica, mas enquanto ser humano. Especialmente, a Carlos Adriano, Susel Rosa e minha orientadora Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega, por toda paciência que teve comigo.

Meu muito obrigado a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desse processo de formação.

“Sim, existe um problema de gênero ainda hoje temos que resolvê-lo, temos que melhorar’. Todos nós, mulheres e homens, temos que melhorar.”

(Chimamanda Ngozi Adichie)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 UMA BREVE HISTÓRIA DO FEMINISMO	10
3 CHIMAMANDA E A EDUCAÇÃO FEMINISTA	15
4 EDUCAÇÃO FEMINISTA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33

ASSIM FALAVA SIMONE DE BEAUVOIR: ENSINANDO GÊNERO NA SALA DE AULA EM TEMPOS DE DIFICULDADES (2017)

Amanda Milka Xavier Soares*

RESUMO

Durante o século XX a historiografia abriu o campo de pesquisa do/a historiador/a, com isso foi possível o estudo sobre os mais variados temas como forma de entender as relações de masculino e feminino no mundo. Durante muito tempo as mulheres sofreram e ainda sofrem por causa do machismo, nessa perspectiva foi muito importante o surgimento dos movimentos feministas, para que as diferenças entre homens e mulheres fossem diminuídas com o passar dos anos. Nesta artigo analisamos o livro da autora Chimamanda Nigozi Adichie *Para educar Crianças feministas* com a proposta de entender quais argumentos ela utiliza para explicar as relações de gênero da contemporaneidade, para, além disso, ver quais são as aproximações existentes entre o ensino de História e as relações de gênero, no ensino escolarizado, mostrando também a importância de ministrar conteúdos sobre o feminismo e verificar quais as dificuldades que professores/as enfrentam para inserir tais temáticas nas salas de aula do ensino básico, nesse sentido buscamos compreender como o ensino de História pode conscientizar os jovens sobre como as relações de gênero são desiguais na sociedade e é fruto de uma construção sociocultural, sendo assim, contribuindo para a diminuição das diferenças entre homens e mulheres na sociedade, uma vez mostrada essas dificuldades proponho o uso do livro, como instrumento para trazer esses debates aos jovens que estão em formação.

Palavras-Chave: Ensino de História. Gênero. Feminismo.

1 INTRODUÇÃO

Foi a partir dos meus estágios para a minha formação como docente de história, no ano de 2017, no ensino básico das escolas públicas na cidade de Guarabira, que pude conhecer a realidade da prática docente frente às questões de gênero e sexualidade. O interesse em me debruçar sobre o tema gênero surgiu mediante a falta das discussões desse tema na prática escolar, bem como a reprodução/naturalização dos papéis e atributos de gênero nos conteúdos ministrados em sala de aula.

Assim como disse Simone de Bouvier (1967), “Não nascemos mulheres, mas nos tornamos mulher”, o mesmo acontece também com o feminismo: não nascemos com ele, mas

* Aluna do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, Guarabira-PB.
E-mail: amanda-milka@hotmail.com

nos tornamos feministas. E foi assim que aconteceu comigo durante minha licenciatura em História, tive inúmeras aulas de teoria da história nas quais aprendi sobre o feminismo e suas contribuições pra a História. Compreendi também a importância de nos debruçarmos sobre as questões de gênero para podermos desestabilizar a ordem heteronormativa que há muito está incutida na sociedade como natural.

Os estudos sobre gênero aumentaram exponencialmente as questões que permeavam minha cabeça durante minha vivência em sociedade. O padrão imposto pela sociedade contemporânea sempre me incomodou bastante, mesmo sem entender como ou porque determinadas coisas aconteciam sempre me questionava sobre diversos assuntos. Pensar de forma diferente nos dias de hoje tem se tornado um ato de coragem e uma tarefa extremamente difícil, pensar diferente do que a sociedade nos ensina a pensar nos traz muitos conflitos internos e externos, pois nem sempre somos aceitos nas nossas diferentes formas de pensar ou agir, além disso, sofremos violência por parte daqueles que são contra a quebra de paradigmas que estamos tentando romper. Colocar em debate questões que falam sobre as diferenças é uma das armas que temos nas mãos, enquanto historiadores e sujeitos, para subverter a ordem na qual estamos inseridos. Sendo assim, me proponho como ato de resistência a discorrer acerca das questões de gênero na sociedade contemporânea, trazendo essa discussão para as práticas de ensino e o currículo brasileiro. Nessa perspectiva, pretendo analisar como no espaço escolar ainda se reproduzem os comportamentos naturalizados como padrão, do homem heterossexual, cristão e branco como figura central dessa sociedade.

O machismo é algo construído culturalmente, não é algo natural, porém a sociedade o naturaliza como forma de justificar o comportamento masculino. Sendo assim, deve ser questionado, ele é o reflexo de ações que, com o passar do tempo, não se modificaram e hoje, como disse Adchie (2017), “usam a tradição para justificá-lo”. Mas, como sabemos, todo comportamento humano pode ser questionado.

Diante disto, conscientes de que o lugar de professor/a-historiador/a, o qual somos levados /as a assumir, nos põe diante de uma problemática: como a vivência na escola até o ensino médio reproduz e reforça as diferenças entre homens e mulheres? Qual lugar é dado à diversidade no conhecimento histórico escolarizado? Porque as discussões de sobre gênero e sexualidade não chegam as escolas de ensino básico?

Dito isto, pretendemos fazer uma análise historiográfica do livro *Para educar crianças feministas*, de Chimamanda Nigozi Adiche (2017), mostrando como é importante que os debates acerca das relações de gêneros cheguem à escola, bem como trabalhar com o livro

numa perspectiva didática dentro da sala de aula na tentativa de desnaturalizar determinados comportamentos sociais de mulheres e homens.

Na primeira parte falarei sobre o surgimento do feminismo, como ele se disseminou no mundo e as suas reconfigurações dos dias atuais. Principalmente mostrar suas contribuições para que as mulheres saíssem da categoria de “inferiores” se tornando sujeitos de suas próprias histórias. Como foi possível amortecer os efeitos do patriarcado na sociedade, mesmo sabendo que está longe de ser o ideal.

Faremos uma análise do livro supracitado, da autora nigeriana, posteriormente levando a discussão para a importância da inserção de temáticas feministas nas aulas de história, pois é nesse espaço que nos formamos enquanto cidadãos. Uma vez que a construção de gênero é uma construção social, a escola faz parte dessa construção, reproduzindo um padrão que é visto como normal e, sendo assim, único que pode ser seguido. Entendo também que a cultura é feita por seres humanos, dentro dessa lógica, somos nós produtores/reprodutores das culturas, então podemos também mudá-la, e através dos debates propostos e transformações de/na perspectiva da prática de ensino que podemos fazer diferenças que sejam significativas. Nessa formação os padrões estão preestabelecidos, da mesma maneira que aprendemos as representações femininas, aprendemos também as masculinas.

Por fim, como a prática de ensino veio se modificando no Brasil, quais os problemas que os professores enfrentam para conseguir inserir os debates de gênero em suas aulas, onde a cultura do ódio faz parte das discussões políticas, sendo assim, qual o papel da educação frente a esses discursos que não aceitam a diversidade, nem reconhecem que as relações de poder entre homens e mulheres trazem prejuízos sociais para todos.

2 UMA BREVE HISTÓRIA DO FEMINISMO

Analisar as relações de gênero nos possibilita ter um olhar sobre determinadas problemáticas de construções histórico-culturais, as quais possibilitam o surgimento dos questionamentos do historiador, dessa forma:

A História, assim como os demais saberes, é elaborada a partir de suas condições de possibilidade e de imaginação para a investigação. O discurso historiográfico não é uma construção apolítica, não posicionada, mas se encontra atravessado por relações de poder; é um campo em litígio (COUTO, 2000; *apud* MUNIZ, 2015, p. 319).

Segundo o historiador francês Michel de Certeau (1982, p. 56), toda pesquisa historiográfica é uma operação que envolve um lugar social, uma disciplina, um modo de

fazer com suas regras, técnicas e procedimentos de pesquisa, assim o resultado dessa pesquisa é obtido em forma de texto narrativo. O historiador sempre parte de um lugar social que o influencia em suas questões e tomado de tais questionamentos que ele norteia suas pesquisas de acordo com os métodos impostos pela academia.

A historiografia no século XX ampliou as dimensões da pesquisa para as historiadoras e historiadores valorizarem os registros humanos como uma fonte potencial de interpretação da sociedade. Os documentos, nessa perspectiva, são registros das ações humanas, sejam eles: escritos, visuais, orais etc.; são datados e localizados em tempos e espaços específicos; expressam o contexto histórico de uma dada época, pois revelam e evidenciam sentimentos, costumes, valores, ideologias. Foi então, a partir dessa nova perspectiva histórica, que os estudos de gênero puderam ser realizados, quebrando parte da tradição da história metódica.

Os estudos de gênero são considerados bem recentes na historiografia, eles nascem a partir da necessidade de se compreender as relações entre homens e mulheres. É a partir desses movimentos que as mulheres vêm reclamando seus lugares enquanto sujeitos na/da história. Enquanto os homens ainda são detentores de um poder que tenta subjugar as mulheres socialmente, por estarem numa situação em que, socialmente, são considerados superiores “por natureza”, eles usam diversos meios para reproduzir tais valores na imanência de permanecer nessa confortável posição de controle.

A partir da análise dessas relações, surgem figuras como a filósofa francesa Simone de Beauvoir, para demonstrar que homens vivem em lugares socialmente privilegiados, enquanto mulheres são desvalorizadas e silenciadas. Mulheres que denunciaram o poder – que era e ainda é – pertencente aos homens, os quais tentam controlar a vida e os corpos femininos. Nesse sentido, percebemos que as figuras do masculino e feminino são construídas socialmente e não naturalmente como tenta explicar a biologia, psicologia e os discursos médicos.

A naturalização de comportamentos sexistas/machistas há muito vem sendo questionada por várias mulheres, com isso, muitos movimentos feministas vêm surgindo ao longo da história. Hoje não podemos dizer que o movimento feminista é algo único, pois com o passar dos anos esse movimento tem se reconfigurado e passado por diversas mudanças, unindo-se a diferentes correntes filosóficas. O ponto comum que permanece é a luta pelos direitos sociais que são negados às mulheres até os dias de hoje. Sabemos que esses movimentos provocaram muitas rupturas nesse campo ideológico: da criação do feminino e do masculino; porém, ainda temos muitas continuidades para desconstruir, por isso a importância de trabalhos com esta temática.

É para ir contra essa lógica que naturaliza comportamentos e dificulta a visibilidade e reconhecimento femininos, obrigando mulheres a viver inseridas em um lugar que não só as violenta fisicamente, mas também socialmente, que os feminismos surgem com o desafio de tentar mudar e ir de encontro a toda essa ordem patriarcal. É graças ao surgimento desse movimento que foi possível entender que existe algo de errado, de que as diferenças entre homens não eram e nem são naturais, mas sim fruto de uma ordem construída social e culturalmente, não determinadas pela biologia.

A primeira geração (ou primeira onda do feminismo) representa o surgimento do movimento feminista, que nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens. O movimento sufragista (que se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha) teve fundamental importância nessa fase de surgimento do feminismo. O objetivo do movimento feminista, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

A primeira grande onda feminista que aconteceu, segundo a historiografia das mulheres, é o movimento sufragistas, tendo seu início na Inglaterra e depois se expandiu para outros países. Esse movimento liberal lutava por igualdade de direitos civis, políticos e de educação, considerados básicos nos dias de hoje, mas que até aquele momento apenas os homens tinham acesso. Este movimento é considerado a primeira onda do feminismo e teve uma grande importância, por ser considerado como marco da luta das mulheres contra a opressão masculina. Podemos ainda destacar nesse movimento a luta pelo direito ao voto e a discriminação como força motriz para início da luta das mulheres e reconhecimento social.

A segunda onda se iniciou na França e se estendeu para outros países, ganhando força nos Estados Unidos entre os anos 1960/1970. Esse movimento vem com outras reivindicações, como o direito a docência, melhores condições de trabalho e a educação, ao mesmo tempo em que denuncia a pressão que as mulheres sofrem por parte dos homens (LOURO, 2010; NARVAZ, 2006). É nesse momento que as lutas se estendem a outros setores da sociedade, aqui a luta se amplia e passa ser também pelo direito sobre o próprio corpo. Foi um movimento liderado por mulheres de classe média que aspiravam por reconhecimento social e pelo fim da opressão masculina, discutiam a liberdade do corpo que, naquele momento, já enfrentava a cultura do estupro, muito intensa na sociedade, culpabilizando as mulheres como fazem até os nossos dias.

A terceira onda do feminismo acontece na década de 80, essa seria a fase mais recente, que exerceu muita influência nos movimentos que vemos na contemporaneidade. As mulheres

passam a reforçar as reivindicações das outras ondas, expandindo e aprofundando suas discussões, assim, dizem Narvaz e Koller (2006, p. 640), que

[...] passam a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo.

Na segunda metade do século XIX, as mulheres das classes burguesas foram permitidas a buscar profissões que estivessem ligadas aos cuidados do outro, dentro dessas profissões estava a de educadora. Na lógica da sociedade da época, já que as mulheres podiam ser mães e dentro de casa podiam educar os filhos, elas também poderiam cuidar das crianças no espaço escolar, como se fosse “natural” às mulheres o ato de cuidar. Mesmo ocupando esses espaços, essas atividades ainda continuavam “quase sempre controladas por homens, e consideradas como secundárias”. Com o passar dos anos essa profissão ficou então conhecida como “trabalho de mulheres” (MEYER, 2010, p. 13).

De acordo com Guacira Louro (2010), no Brasil, o movimento das mulheres teve início nos anos de 1890, perto da Proclamação da República. Porém, o movimento sufragista no Brasil só obteve vitória quarenta anos depois, com o direito ao voto concedido às mulheres, sendo instituído na lei pela Constituição de 1934, no governo de Getúlio Vargas. A luta dessas mulheres trouxe também “outras reivindicações como, por exemplo, o direito à educação, a condições dignas de trabalho, ao exercício da docência” (LOURO, 2010, p. 12). Nessa época ainda se fala de feminismo como se fosse um conceito objetivo, mesmo que ele estivesse já multifacetado, fragmentado. Já não existia um feminismo, mas sim várias vertentes que tinham chegado ao Brasil, ou seja, o movimento já era completamente plural.

Chimamanda Ngozi Adichie nascida na Nigéria, filha de um professor universitário e uma mãe administradora, que se reconhece feminista desde a adolescência, autora romancista com vários títulos traduzidos para o português, vem ganhando destaque internacional depois do lançamento de dois livros que se tornaram *best-sellers*¹, os dois abordam sobre as relações de gênero e traz a tona várias questões que vemos ainda hoje, na sua fala ela parte de seu local geográfico e social para tratar essas questões, e ao ler podemos perceber que os exemplos usados são comuns a realidade da vida de mulheres de todas as nacionalidades.

Identificar-se como feminista tornou-se algo que, infelizmente, é visto como pejorativo nos tempos de hoje, quando temos a coragem de assumir que somos feministas,

¹ O primeiro foi *Sejamos Todos Feministas*, versão modificada de uma palestra feita para TED, lançado em 2010. E o segundo *Para Educar Crianças Feministas* adaptação de uma carta enviada a uma amiga pedindo-lhe conselhos de como educar sua filha numa perspectiva feminista, lançado em 2017.

causa certo espanto, às vezes até por parte de quem está nos mesmos círculos de amizade ou no seio familiar. O mais interessante é que, mesmo que vejamos algumas mulheres com alguns comportamentos considerados como prática feminista, existe um receio por parte dessa pessoa de dizer que é feminista pelo fato dessa conotação de preconceito existente. É estranho perceber isso, pois, os movimentos feministas lutam exatamente para que mulheres de todos os lugares sociais e geográficos sejam emancipadas (MUNIZ, 2015).

Em algumas postagem em redes sociais é comum encontrarmos pessoas fazendo movimentos que se dizem contra a “ideologia de gênero”², mas o que será que eles pensam que é essa tal “ideologia de gênero” de que tanto falam? Há uma grande distorção sobre o que os estudos de gênero pretendem. Algumas pessoas, principalmente aquelas ligadas a religiões fundamentalistas, pensam que nesse tipo de estudo nega-se o sexo dos seres humanos, esse é o primeiro erro dito por quem contesta, o que se pretende é desnaturalizar as diferenças produzidas culturalmente entre homens e mulheres, além disso, que haja liberdade para as pessoas se expressarem com suas próprias identidades de gênero.

1) Gênero aponta para a noção de que, ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e como mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico e que também nunca está finalizado ou completo. (MEYER, 2010, p. 16).

Porém, paira na cabeça dessas pessoas um grande medo de que seus filhos “virem” gays, outro erro que se comete, pois sexualidade tem a ver com desejo pessoal de cada um, um homem não aprende a ser gay assim como uma lésbica não aprende a sentir desejo por mulheres. Infelizmente, pensamentos como esses dificultam que debates sobre qualquer tipo de assunto sejam lançados, provocando retrocessos no meio social. A cada vez se reforça ainda mais que meninos sejam meninos e meninas sejam meninas, essa falta de estudos gera uma propagação de ódio que se dissemina ao ponto de esses conflitos gerarem uma grande violência, e pessoas que concordam com os estudos acabam sendo agredidas. Foi o que aconteceu quando a estudiosa Judith Butler³, referência nos estudos de gênero, veio ao Brasil para uma palestra no SESC São Paulo, gerando movimentos que até lembraram a era medieval, pois foi posta, no dia 07 de novembro de 2017 em frente ao local em que a filósofa palestrava, uma boneca com o rosto da filósofa e em alguns cartazes estava escrito “queimem

² IDEOLOGIA DE GÊNERO não existe, é uma criação de conservadores para desqualificar os estudos de gêneros Quem utiliza tal expressão afirma que existe uma tentativa de convencer as pessoas a mudar sua orientação sexual, por exemplo. Quando na realidade, os estudos de gênero lutam por inclusão e igualdade entre os gêneros.

³ Ver em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/manifestantes-se-confrontam-em-palestra-de-filosofa-judith-butler>

a bruxa”, isso mostra o quanto ainda existe de resistência em relação a esses temas, tornando cada vez mais difícil de haver a quebra desses comportamentos sexistas, fazendo com que a cada dia as diferenças não sejam aceitas. Ainda sobre os acontecimentos recentes que ilustram as violências perpetuadas pelos padrões heteronormativos, não precisamos ir tão longe para senti-las. No dia 29 de outubro de 2017, a Universidade Estadual da Paraíba, mais precisamente o *campus* de Guarabira, foi alvo de grupos que compactuam com a ideia do patriarcado como modelo norteador⁴. Nesta ação, uma aluna do *campus* foi alvo de repressão por parte da Polícia Militar, o policial, ao ver a aluna se expressando nos muros da universidade, deu voz de prisão por entender que era crime o que ela estava fazendo. Na época acontecia o Simpósio sobre Gênero e Sexualidade, promovido pelo grupo Violeta Formiga, grupo pertencente à universidade que trabalha na militância antiviolação contra as mulheres e os grupos de LGBT. Se formos analisar simbolicamente, aquele episódio representava o quanto os debates de gênero incomodam determinados grupos e quanto esses grupos podem ter reações extremamente violentas, pelo simples fato de não aceitar a diversidade sexual e de gênero. O modelo heteronormativo incutido impossibilita que pessoas pensem sobre os efeitos que o sexismo/machismo está causando no nosso país.

3 CHIMAMANDA E A EDUCAÇÃO FEMINISTA

É a partir desses movimentos feministas que as mulheres vêm reclamando seus lugares enquanto sujeitos na/da história. Levando o foco da discussão para a prática de ensino, o papel do feminino esteve, por muitas épocas, ligado ao domínio do privado, apenas na segunda metade do século XIX é que foram permitidas às mulheres burguesas profissões que estivessem ligadas ao cuidar do outro. Foi através da naturalização desse lugar de cuidadora que a profissão de professora passa a ser vista como uma tarefa feminina.

Dessa maneira, a família, a educação e a religião são as principais instituições que nos formam desde o nosso nascimento. A partir desses contatos é que são formadas nossas personalidades, quando aprendemos os valores sociais transmitidos por nossos pais. Nesses processos educativos, as diferenças de gêneros são sutis, refinadas e naturalizadas, sendo assim, faz-se necessário o debate para que tais diferenças sejam reconhecidas e problematizadas. Sabemos que as mais diversas áreas do conhecimento e as tradições até hoje trazem estudos e argumentos com o propósito de justificar o lugar social das mulheres na

⁴ Ver em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/pm-investiga-policial-que-tentou-prender-estudante-e-professor-na-uepb.ghtml>

sociedade. Seja no senso comum, legitimado pela linguagem científica ou por diferentes matrizes religiosas, ou nos contextos mais conservadores, a biologia e, fundamentalmente, o sexo anatômico, foi (e ainda é) constantemente acionado para explicar e justificar essas posições (LOURO, 2010).

Assim, percebemos a importância do papel das autoras feministas, aqui especificando a autora nigeriana feminista Chimamanda, quem fez muito sucesso ao escrever obras com temáticas feministas, tendo dois de seus livros destaques internacionais. A primeira obra reconhecida internacionalmente foi *Sejamos todos feministas* (2013), obra adaptada de uma palestra que ela ministrou, a convite do irmão organizador do evento TED⁵ (2013), em que ela conta como são as relações de gênero na Nigéria e como todas essas diferenças produzidas culturalmente formam as diferenças entre homens e mulheres. Ela encerra a palestra dizendo que:

O melhor exemplo de feminista que conheço é meu irmão Kene, que também é um jovem legal, bonito e muito másculo. A meu ver, feminista é o homem ou a mulher que diz: “Sim existe um problema de gênero ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar”. Todos nós, mulheres e homens, temos que melhorar (ADICHIE, 2015, p. 50).

A escritora expõe que as lutas das mulheres podem e devem ser lutas de todos /as, independente do gênero, para isso basta que a pessoa reconheça que existe uma diferença gerando grandes problemas de cunho social. Ela nos leva a refletir acerca de algo que cerceia toda uma sociedade: a forma como as mulheres são ensinadas a se colocar em um lugar “inferior” aos homens, mas podemos ver que o modo como as coisas acontecem e são conduzidas trazem consequências devastadoras para nós mulheres, sendo um problema que atinge quase todos os países do mundo, seja em maior ou menor grau. Ela também é reconhecida por outras obras, que foram traduzidas para nossa língua, exemplo, *Americanah* (2014), *Hibisco Roxo* (2011) e *Meio Sol Amarelo* (2008), essas últimas obras citadas foram romance escritos por Chimamanda que também fizeram sucesso inclusive foi escolhido por votação popular, na cidade de Nova Iorque, o romance *Americanah* como livro do ano, é um projeto no qual um livro é escolhido e a população é incentivada a ler.

Todas essas práticas geram uma grande violência, seja ela física, emocional, psicológica, e coisas absurdas são colocadas, como no exemplo contado por Chimamanda em seu livro, sobre uma garota que sofreu uma violência sexual e a culpavam por isso, dizendo

⁵ TED-Technology, Entertainment, Design. Instituição não governamental que surgiu em 1984 organiza conferência que ocorre duas vezes ao ano, na qual pessoas são convidadas para fazerem palestras sobre várias temáticas consideradas importantes para a sociedade.

que uma mulher não poderia estar sozinha em um quarto com vários rapazes, isso é o que vemos também na nossa cultura, no Brasil já houve casos nos quais a mídia, parte da sociedade e até mesmo a polícia tiveram a mesma atitude diante de um fato semelhante.

O Brasil, de acordo com dados da ONU, é o quinto maior país em violência contra mulheres, um dado alarmante, que reflete as consequências de uma sociedade machista e sexista. Quando lemos o livro *Sejamos todos feministas*, vemos que várias situações são comuns a mulheres do mundo todo, ou seja, “de uma forma literal, os homens governam o mundo” (ADICHIE, 2015, p. 21). Existem alguns acontecimentos que nos provam até que ponto vai o poder desses homens na nossa sociedade, no dia 27/11/2017 deputados votaram a mudança na lei do aborto: a PEC 181/15, tornando essa lei mais dura. Se conseguir o número de votos para ser aprovada, a lei será mudada e depois da aprovação, mesmo nos casos de estupro ou de a gravidez gerar risco a mãe, não será mais permitido o aborto. Mas não é sobre o aborto que devemos falar nesse momento, e sim atentar para o fato de que os destinos dos corpos das mulheres foram decididos por homens que não têm o menor interesse de saber o que é melhor ou não para elas, estão preocupados somente em como gerir e controlar corpos que não os pertencem, pois ao Estado interessa apenas os corpos dóceis, como bem problematiza Foucault (1994), ao dizer que:

Se fizéssemos uma história do controle social do corpo, poderíamos mostrar que, até o século XVIII inclusive, o corpo dos indivíduos é essencialmente a superfície de inscrição de suplícios e de penas; o corpo era feito para ser supliciado e castigado. Já nas instâncias de controle, que surgem a partir do século XIX, o corpo adquire uma significação totalmente diferente; não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber certo número de qualidades, qualificar-se como capaz de trabalhar (FOUCAULT, 1994, *apud* CASTRO, 2009, p.88).

Mas é na segunda obra da autora, *Para educar crianças feministas* (2017), que está o enfoque deste artigo. Nesse livro tem-se uma discussão também pertinente às discussões de gênero e podemos analisar a importância dela para a educação no Brasil, tendo em vista a atual conjuntura política do nosso país, quando muitos movimentos conservadores distorcem o principal foco dessas abordagens de gênero, disseminando o ódio, mesmo sem entender de fato o que são os estudos de gênero e o que pretendem esses estudos.

[...] Gênero introduziu mais uma mudança que continua sendo, ainda hoje, alvo de polêmicas importantes no campo feminista. Trata-se do fato de que o conceito sinaliza não apenas para as mulheres e nem mesmo toma conta exclusivamente suas condições de vida como objeto de análise. Em vez disso traz implícita a ideia de que as análises e as intervenções empreendidas devem considerar, ou tomar como referência, as relações – de poder – entre homens e mulheres e as muitas formas sociais e culturais que os constituem como “sujeitos de gênero” (MEYER, 2010, p. 18).

O livro está escrito em forma de manifesto⁶. Tudo se deu quando ela recebeu uma carta de uma amiga que havia se tornado mãe há pouco tempo, e nessa carta a amiga lhe pede conselhos de como criar sua filha enquanto feminista. O livro contém quinze pontos que aconselham os pais acerca da educação dos filhos, os quais são exemplos extraídos do cotidiano de pessoas de vários lugares da África, ou em outros países pelos quais ela passou. Ao ler a obra, reconhece-se que muitos desses exemplos são perfeitamente aplicáveis ao lugar e à cultura em que estamos inseridos (ADICHIE, 2015). A autora nos faz refletir sobre as condições diárias às quais as mulheres são expostas e não nos damos conta do quanto isso dificulta a vida em sociedade, pois é assim que se reproduzem determinados comportamentos, que tornam homens “naturalmente superiores” as mulheres, que perpetuam e fazem com que vivamos num lugar em que homens e mulheres sofrem por causa do padrão considerado como “normal”. A obra é importante para pensar os impactos dos estudos de gênero na sociedade nos dias de hoje, e pode servir como material de apoio ao professor nessas discussões no âmbito escolar, pois a escola também faz parte da formação do ser humano enquanto cidadão.

Podemos ver que a maioria das histórias narradas faz parte do nosso cotidiano ou das nossas experiências pessoais, embora, muitas vezes, não percebamos exatamente por ter internalizado que é “normal”. É muito raro encontrarmos mulheres que não tenham vivido ou passado por algum tipo de violência no decorrer da vivência em sociedade. Ela leva muito a sério e julga ser muito importante e extremamente difícil a função de educar uma criança e que essa educação não reproduza comportamentos com a perspectiva da lógica do patriarcado, mas mostra também que, apesar das complexidades de um fato ou da possibilidade, por exemplo, acontecer de um filho não ser o que você planejou, é possível fazer algo a esse respeito e a partir daí ver mudanças significativas na sociedade. “O importante é tentar. E sempre confie em seus instintos mais do que em qualquer coisa, porque é o amor por sua filha que lhe servirá de guia” (ADICHIE, 2017, p.14).

O feminismo é uma questão de contexto, dependendo do peso que determinada ação tem para homens e mulheres, se não estiver pautada nas relações de gênero, existe a igualdade que se deseja. No livro, ela não só envia conselhos que vão servir para a educação de uma criança, mas trata de importantes discussões que estão imbricadas no processo de convivência familiar, principalmente, ela traz não só conselhos acerca de como criar a filha, mostra

⁶ Dentre os chamados gêneros argumentativos, figura-se o manifesto, cuja característica principal é expor ideias referentes a um assunto, compartilhadas por um grupo de pessoas.

também em alguns pontos o quão importante é a atitude que sua amiga terá frente a muitas situações em que ela própria terá que mudar.

A forma como os meninos são criados diferentes das meninas está diretamente relacionada com os papéis de homens e mulheres quando são adultos, nesse sentido é que Adichie escreve um manifesto em que deseja a liberdade de meninos e meninas, que possam ser inseridos em experiências iguais, e dentro dessa realidade expressar toda sua criatividade e personalidade sem que os estereótipos de gênero sejam fatores determinantes para formar suas existências sociais. As duas premissas sobre as quais a autora constrói seus argumentos são a liberdade e a igualdade, principalmente esta última.

A primeira é a nossa premissa, a convicção firme e inabalável da qual partimos. Que premissa é essa? Nossa premissa feminista é: eu tenho valor. E tenho igualmente valor. Não “se”. Não “enquanto”. Eu tenho igualmente valor. E ponto final. (ADICHIE, 2017, p. 12).

Na primeira sugestão do livro, Chimamanda direciona um conselho a sua amiga dizendo que ela sinta-se uma pessoa completa, pois é maravilhoso ser mãe, mas uma mulher não pode ser definida apenas pela maternidade, podemos ser definidas pela nossa multiplicidade. “Nunca se desculpe por trabalhar” (ADICHIE, 2017, p.14). Durante muitos anos foi introjetado nas mentes das pessoas, tanto de homens como de mulheres, que a função de cuidar da casa e dos filhos era exclusiva delas, então desde que as mulheres saíram dos espaços privados para os públicos, adentrando o mercado de trabalho, essa ideia incutida ainda permaneceu, nasce o “mito” da super-mulher. Ou seja, a mulher tem obrigação de cuidar de tudo sozinha ou então de sacrificar o trabalho em nome da maternidade e da vida no lar, mas que independente de qualquer coisa “dá conta” da família. A ideia que existe é que o fato de ser mulher está atrelado ao desejo de ser mãe e nascemos prontas para isso, mas a autora também adverte sobre isso e pede pra que Ijeawele⁷ não se cobre tanto, ser mãe não está relacionado com perfeição, podemos pesquisar e saber o que os livros trazem em termos de teoria, mas é apenas na prática que o amor pelo filho vai dar a experiência na vida cotidiana. Nem se preocupe com as críticas que sofrerá, pois são muitas pessoas que chegam pra dizer como devemos criar os filhos, porém, ela deve ter convicção no que acredita e não dar atenção a essas pessoas, a decisão de como criar sua filha é somente dela e de seu marido.

No segundo ponto, faz-se a quebra desse estereótipo da ideia, pois ela mostra que ser pai e ser mãe deve ter o mesmo peso e as mesmas responsabilidades para ambos, dizendo que “O trabalho de cuidar dos filhos não deveria ter gênero” (ADICHIE, 2017, p.18) e as tarefas

⁷ Nome da amiga da autora, a qual recebeu a carta

de uma casa devem pertencer à família como um todo, a participação do homem nessa divisão de tarefas não pode ser vista como uma ajuda, mas como uma obrigação, e, por isso, não existe a necessidade de elogiar homens que tenham essa consciência, devemos tratar como algo comum e que deveria fazer parte da vivência humana. Dessa maneira, a autora rompe com os deveres preestabelecidos socialmente para homens e mulheres na criação de filhos. Existem aspectos que ainda reafirmam isso, soa muito estranho ver que um homem dizendo que cria um filho (a) sozinho, como se os homens não fossem capacitados para cuidar de crianças sozinhos. Com as mulheres acontece o contrário, se ela for separada do pai dos filhos, por exemplo, e deixar os filhos sob a responsabilidade do pai, e ficar indo apenas visitá-los em dias determinados, é extremamente julgada (e condenada), independente dos motivos que leve uma mãe a tomar uma decisão dessas, as pessoas sempre vão dizer que ela foi irresponsável ou que não tem amor aos filhos, interessante é que se invertemos os papéis e colocarmos um homem no lugar, fica tudo bem e o “normal” é que seja assim, sempre temos valores diferentes para homens e mulheres, Chimamanda chama sempre atenção para essas desigualdades de valores.

A terceira sugestão que ela traz diz respeito aos absurdos “papéis de gênero” que a sociedade impõe. Também faz críticas sobre as aspirações que as mulheres são ensinadas a ter durante a vida, como, por exemplo, o casamento. Ainda existe nos dias de hoje essa cobrança para que as mulheres se casem. Nesse modelo, existe um plano que envolve as diferentes etapas da vida da mulher, numa determinada fase da vida, “naturalmente” isso tem que acontecer, depois que se casa vem a cobrança pra ter filhos, parece que nossas vidas são como receitas prontas e têm que ser seguidas à risca.

Sabemos que biologicamente existem diferenças entre homens e mulheres, mas a sociedade hiperdimensiona essas diferenças. Estas começam desde o descobrimento do sexo da criança, mas até as cores são usadas para demarcar o que é ser menino e ser menina. Tudo passa a ser separado: existem as “coisas de meninos” e as “coisas de meninas”. Desde os brinquedos, as cores das roupas, as brincadeiras, pra onde quer que olhemos vemos essas separações. Em lojas infantis temos separação de brinquedos e roupas por gêneros, nas propagandas de brinquedos acontece a mesma coisa; na escola, essas formas vão sendo mais reforçadas, então desde muito cedo esses papéis vão mostrando-se e internalizando-se até se transformarem em algo “normal”. O que a autora traz como mensagem principal é que nossos papéis sociais não podem estar pautados pelos gêneros, mas sim por nossas identidades e autonomias.

A forma como as meninas são criadas acaba gerando uma contradição,

[...] pais e mães inconscientemente começam muito cedo a ensinar às meninas como devem ser, que elas têm mais regras e menos espaços, e os meninos têm mais espaço e menos regras. Os estereótipos de gênero são profundamente inculcados em nós que é comum os seguirmos mesmo quando vão contra nossos verdadeiros desejos, nossas necessidades, nossa felicidade (ADICHIE, 2017, p. 27-28).

A todo tempo esses reforços estão nos dizendo como ser e o que deve nos deixar felizes, nossa autonomia não é levada em consideração, para as mulheres o casamento é uma felicidade que tem que ser conquistada, ser mãe também é outra coisa que irá nos deixar feliz, o que a autora quer dizer é que não existe uma regra, o que faz uma mulher feliz quem decide é ela, não podemos nos sentir culpadas por não sentir vontade de casar ou de ser mãe, nem muitos menos fazer isso como “obrigação” social, queremos a liberdade para escolher o modo como nossas vidas vão ser.

Na quarta sugestão, a autora está falando sobre a importância de ensinar o feminismo de forma clara e direta, ter uma posição firme acerca do assunto. Quando é tratado de forma sutil, acaba reforçando o sexismo existente nas relações, ao invés de fazer o que o feminismo propõe na verdade, que é a quebra da hegemonia masculina e o reconhecimento da importância das mulheres. “Mas é uma triste verdade: nosso mundo está cheio de homens e mulheres que não gostam de mulheres poderosas” (ADICHIE, 2017, p. 33). O mundo não está preparado para ter mulheres com o poder equivalente aos homens, ainda assusta ver uma mulher numa posição de comando, não incomoda a posição, mas sim ela ser uma mulher.

O quinto conselho é sobre a importância de incentivar sua filha a ler, os livros a ajudarão a ter uma perspectiva do mundo e vão ensiná-la a questionar sobre várias coisas, trazendo benefícios para sua vida, assim como ajudará a ter muitas habilidades diferentes. O incentivo à leitura ainda é muito deficitário no nosso país, isso tem trazido consequências devastadoras para nossos jovens e adultos, e talvez seja a causa de tanta distorção de conceitos e a falta de pessoas que tenham pensamento crítico sobre as mais variadas temáticas.

A sexta recomendação aborda sobre a linguagem, ensinar as crianças a questionarem a linguagem, ela também reforça a posição de poder o homem na sociedade, por exemplo, se numa sala de aula temos um aluno e várias alunas, temos que usar a palavra aluno no masculino só por causa de uma pessoa, ou seja, chamar todas as meninas de alunos tudo bem, mas chamar o grupo todo de alunas não pode, mesmo estando muitas meninas presente, percebe-se nesse exemplo simplório o peso que a linguagem exerce sobre todos/as. Tem que tomar cuidado ao usar jargões feministas, pois, às vezes, o conceito fica muito vago quando usamos determinadas palavras, sendo assim, devemos mostrar na prática do dia a dia a ideia

de misoginia e sexismo e como são aplicados em exemplos diários. Devemos ter cautela na forma como chamamos as meninas, sempre nomes como princesa, linda, flor são atribuídos às meninas, porém a autora adverte sobre esse tipo de linguagem. Quando chamamos uma menina de “princesa”, fica subentendido que existe um príncipe e que esse um dia irá salvá-la, sai completamente da realidade, quando chamamos de “linda” exaltamos a beleza de uma menina que desde criança começa a internalizar que ela tem que ser bonita, ao crescer ela acha que tem a obrigação de estar dentro de um ideal de beleza imposto pela mídia para ser aceita em todos os meios sociais e, ao chamarmos de “flor”, exaltamos a delicadeza, como se mulher não pudesse sentir raiva e tivesse que passar a vida toda reprimindo sentimentos fortes.

No sétimo ponto a autora faz um alerta a sua amiga, para que não ensine sua filha a aspirar ao casamento, a menos que seja isso que ela deseje, mas que isso não tenha significado único. As meninas são ensinadas a querer o casamento, mas os meninos não têm o mesmo ensinamento, dessa forma, um paradoxo se forma nesse contexto, uma vez que criamos meninos numa direção e meninas em outra direção, quando se tornarem adultos acontecerá conflitos nessas relações. As mulheres vão inclinar-se a sacrificar suas vontades para satisfazer ou manter seus relacionamentos conjugais, estando sempre em uma relação desigual.

“Oitava sugestão: Ensine Chizalum⁸ a não se preocupar em agradar” (ADICHIE, 2017 p. 47). Atualmente, as meninas, desde criança, são inseridas num “mundo de princesas”, que significa que ela deve ser delicada, agradar todo mundo, que uma menina tem que ser boazinha. O mesmo não é ensinado aos meninos, ao contrário, eles são ensinados que “o mundo é deles” e, sendo assim, podem fazer o que quiser. Essas representações que as meninas tomam como referência desde criança podem ter consequências trágicas, conforme aponta Adichie (2017), muitos predadores sexuais se aproveitam dessa passividade ensinada às meninas e muitas meninas ficam quietas diante de uma violência sofrida. Não são apenas as meninas que sofrem pela forma que são ensinadas, meninos também acabam tendo outros tipos de opressões, por exemplo, no campo emocional, eles são forçados a não se comportarem de forma “boazinha” como as meninas, mas passam a vida tendo que esconder emoções, que ficam recalçadas, pois desde meninos aprenderam que homens não choram, não podem demonstrar sentimentos.

⁸ Nome da filha de Ijeawele amiga de Chimamanda

O modo como criamos nossos filhos homens é nocivo: nossa definição de masculinidade é *muito* estreita. Abafamos a humanidade que existe nos meninos, enclausurando-os numa jaula pequena e resistente. Ensinamos que eles não podem ter medo, não podem ser fracos ou se mostrar vulneráveis, precisam esconder quem realmente são — porque eles têm que ser, como se diz na Nigéria, *homens duros* (ADICHIE, 2010, p. 29. Grifo da autora).

É preciso que incentivemos meninos e meninas de formas iguais, para que possam crescer desenvolvendo todo potencial que possuem e ter suas personalidades formadas de acordo com o que se identificam.

Na nona proposta ensina como fazer para que ela tenha sua identidade desenvolvida a partir da cultura Igbo, ensinar o amor pela cultura, mas, ao mesmo tempo, fazer a quebra de algumas coisas que estão presentes que reforçam o lugar de “submissão” das mulheres. Outro ponto que ela toca, muito importante, é sobre exaltar a beleza de seu povo, fazendo com que ela entenda que negros são tão bonitos quanto brancos, pois ela passará a vida vendo em todos os lugares que a beleza ideal é a do homem branco, de olhos azuis e cabelos lisos, assim como ela vai ter reforços de imagens que mostram os negros de modo negativo. Assim, ela entenderá que somos todos iguais em gênero, etnia e sexualidade. O feminismo negro se diferencia do de mulheres brancas por elas terem que lutar contra duas coisas ao mesmo tempo: por reconhecimento social das mulheres e também pelo não racismo. Se ser mulher é difícil, ser mulher e negra se torna muito mais complicado.

A nossa indumentária nos dias atuais tornou-se algo que determina a qual classe ou grupo social pertencemos, as mulheres sofrem com as questões de roupas, nós não temos, infelizmente, a liberdade de vestir o que sentimos vontade sem sermos apontadas ou correremos o risco de ser violentada. São muitas exigências que recaem sobre nós quando o assunto é aparência, temos que estar sempre bem vestidas, não pode roupa muito curta, tem que se maquiar, ter um corpo perfeito, enfim atender a todas as expectativas do ideal de beleza, imposto pela sociedade. Nesse sentido, a autora, na décima sugestão, alerta para que sua amiga incentive sua filha a ser ativa, não apenas para ter um corpo bonito, mas também porque é importante ter saúde. Sobre as roupas, cabelo e maquiagem ela fala para que a deixe à vontade pra escolher como quer fazer, quebre o estereótipo de que pra ser feminista não podemos ser femininas, uma coisa não exclui a outra e a roupa não deverá estar ligada a uma questão moral, o cabelo não pode ser motivo de vergonha, mas sim fazer com que ela se sinta bem, confortável e tenha orgulho. Por fim, sugere que Chizalum viva rodeada de homens e mulheres que inspirem bons exemplos para que ela possa ter sempre possibilidades diferentes das que a sociedade coloca como naturais.

Mulheres e homens biologicamente são diferentes, mas a biologia não é usada para explicar essas diferenças, ela é empregada para que as diferenças sociais entre eles/as se tornem mais fortes, é por meio dela que privilégios masculinos são justificados, na décima primeira sugestão, Chimamanda fala sobre ensinar como a biologia seletivamente é utilizada para justificar comportamentos socioculturais na nossa sociedade. Foi por meio do discurso científico que o homem, por ter mais força, se tornou “superior”, a sua promiscuidade se naturalizou, assim como outros comportamentos, não podemos deixar que a distinção sexual sirva como justificativa para a desigualdade social.

Sexo é um assunto que a maioria dos pais não costuma conversar com os filhos, crescemos com ideia de que nossos pais são seres assexuados, mas Adchie, no décimo segundo conselho que ela apresenta a Ijeawele, aponta sobre a importância de falar sobre sexo abertamente com Chizalum, mostrar o sexo não com algo que seja só para reproduzir, mas como algo bom física e biologicamente e que poderá ter consequências psicológicas também. Os pais, na atualidade, geralmente deixam a responsabilidade de falar sobre sexo para a escola, as crianças aprendem de uma forma padronizada que reforça a ideia do sexo para reprodução e de forma heteronormativa, como se a única sexualidade existente fosse essa e, portanto, o único modelo certo a ser seguido. Os últimos conselhos que ela deixa é que nunca fale de sexo, sexualidade ou de qualquer coisa relacionada à intimidade com uma conotação de vergonha, pois são assuntos sobre os quais não existem motivos pra ter vergonha, pois são de ordem natural.

Todas as diferenças entre homens e mulheres são causadas pelas formas como as nossas crianças são ensinadas, portanto todos esses padrões, infelizmente, são altamente reforçados em várias instâncias da sociedade, a escola é um desses espaços, sendo assim, torna-se extremamente necessário que discussões sobre gênero sejam fomentadas no âmbito escolar.

Na décima terceira sugestão Chimamanda fala sobre os afetos e relações, isso irá acontecer um dia na vida da filha de sua amiga então,

Ensine a ela que amar não é só dar, mas também pegar. Isso é importante porque damos as meninas pistas sutis sobre a vida delas – ensinamos que sua grande capacidade de amar é sua capacidade de se sacrificar. Não ensinamos isso aos meninos. (ADICHIE, 2017, p. 70).

O amor tem que ser recíproco e a relação tem que ter valor igual para os dois sendo motivo de alegria para ambos. Outro ponto que ela coloca é sobre a visão de que o homem é

quem sempre deve ser mantedor da casa, numa relação pautada na igualdade é papel dos dois ou de quem ganha dinheiro manter a casa independente de gênero.

Algumas mulheres são contra o feminismo, existem grupos que se intitulam antifeministas, nas redes sociais, para essas mulheres as ideias feministas são ultrapassadas e que as desigualdades não são mais como antigamente. Na décima quarta sugestão ela atenta para essa questão, existem mulheres que são misóginas que fazem por onde o feminismo seja desmerecido e tratado como algo obsoleto, porém isso não minimiza a militância só corrobora com a ideia de o problema é maior do que o que pensamos.

DÉCIMA QUINTA SUGESTÃO: Ensine-lhe sobre a diferença. Torne a diferença algo normal. E isso não para ser justa ou boazinha, mas simplesmente para ser humana e prática. Porque a diferença é a realidade de nosso mundo. E, ao lhe ensinar sobre diferença, você a prepara para sobreviver num mundo diversificado. (ADICHIE, 2017, p. 76).

Chimamanda finaliza de forma brilhante os conselhos que dá a sua amiga, mostrando que é imperativo que ensinemos as nossas crianças o respeito e a aceitação do diferente, vivemos em um mundo de multiplicidade. Sendo assim, tornando-o mais justo para todos(as). Temos que confiar nos afetos para vencer essas desigualdades.

Todas essas ideias abordadas podem ser incluídas e devem ser levadas em consideração, educadores e educadoras têm uma obrigação política de levantar essas temáticas nas salas de aulas. Como a escola faz parte da formação de seres humanos, é de vital importância que sejam mudadas as atitudes de professores para que, através de suas ações, não reforcem esses comportamentos e levantem debates em que os jovens possam se expressar favoráveis ou contrários, mas que isso estimule o respeito mútuo entre eles, preservando o direito e acesso de todos/as à democracia.

Através do livro da nigeriana Chimamanda é possível trabalhar todas essas questões acima citadas. Ela nos mostra de uma forma bem simples como nem a biologia, nem a tradição podem, apesar de muito importante, nos definir enquanto homens ou mulheres. Ensina como questões cotidianas podem ser desnaturalizada através de argumentos que são simples de ser entendidos, mas que, ao mesmo tempo, tornam-se complexos, pois a tarefa de educar crianças não é algo tão fácil de ser feita, “Ainda assim, penso que é moralmente, urgente termos conversas honestas sobre outras maneiras de criar nossos filhos, na tentativa de preparar um mundo mais justo para homens e mulheres” (ADICHIE, 2017, p.8).

4 EDUCAÇÃO FEMINISTA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Segundo Circe Bittencourt (2011), o ensino de história sempre esteve presente nas práticas pedagógicas no Brasil, inicialmente para ajudar na alfabetização, posteriormente vai se modificando e passa a ter o objetivo de formar o país enquanto nação unida e um povo feliz. Porém, nesse momento, ainda não tem uma grande importância ou significado. Só a partir do século XIX é que essa disciplina passa a ter um grau maior de importância. A religião foi algo muito presente também na educação no Brasil, desde que os jesuítas chegaram para catequizar, exerceram essa influência, que permaneceu e ainda hoje vemos reflexos dela, quando pessoas fazem movimentos contrários à democratização do ensino, querendo proibir a problematização de temáticas como a de gênero e também pedem a volta do ensino de religião nas escolas, mesmo estando em um Estado considerado laico, onde se subentende que igreja e Estado deveriam ser separados. Muito embora saibamos que temos bases religiosas muito fortes, sendo assim, a laicidade nunca aconteceu, prova disso é a existência de uma bancada evangélica no senado, nos dias atuais, mostrando como nosso país continua intimamente ligado e influenciado pelas tradições religiosas de outrora.

A partir da década de 1970, com o aumento crescente da população alfabetizada, cresce ainda mais o valor da história, mas nesse sentido ela ainda é um campo de construção do que entendemos como “identidade nacional”, ou seja, a história era vista como objeto para inculcar na população o sentimento nacionalista. O sentido de ensinar história com esse objetivo permaneceu por muito tempo, ainda havendo resquícios nos dias de hoje. Sendo assim, a história se tornou uma matéria decorativa, cujo enfoque eram datas e nomes de homens que faziam parte da construção moral e cívica da nação.

O fortalecimento do espírito nacionalista proporcionou as “invenções de tradições”, de maneira semelhante ao que acontecia com outros países europeus, conforme analisa o historiador inglês Eric Hobsbawm. No caso do Brasil deveriam ser compartilhadas por todos os brasileiros. A História tinha como missão ensinar as “tradições nacionais” e despertar o patriotismo. (BITTENCOURT, 2011, p. 64-65).

Mesmo que tenha havido certa continuidade desse ensino, os debates do campo educacional mudaram muito essa perspectiva do ensino de história. A partir da década de 30 do século XX, o ensino de história começa a passar por modificações, sendo integrado à geografia e passando a se chamar Estudos Sociais, como reflexo da influência do ensino norte-americano. Nessa perspectiva, o ensino muda, passando a “explicar o mundo capitalista organizado segundo o regime democrático norte-americano que favorece a ação individual e o “espírito” de competitividade como garantia de sucesso”, (BITTENCOURT, 2011, p.74) em outras palavras, começou a preparar pessoas para o trabalho nos moldes capitalistas, o chamado ensino tecnicista que também ainda influencia as práticas pedagógicas até os dias de

hoje. Depois de muitas transformações e debates históricos chegou-se à conclusão de que o ensino de história deveria formar cidadãos que adquiram no processo de ensino-aprendizagem o pensamento crítico, ou seja, o aluno seja capaz de problematizar/contestar sua própria realidade social.

A prática de ensino de história passou por diversas modificações desde a sua implantação até hoje, porém todas as tentativas de inserção de outras pedagogias sempre eram influenciadas por outros países, com realidades sociais diferentes da nossa, sendo assim, as formas de ensino nem sempre deram conta de entender nossa realidade social. E hoje essa ainda é uma permanência histórica.

Diante do aumento de práticas conservadoras e antidemocráticas que o Brasil vivencia e da crise econômica e política, faz-se necessário problematizar os “processos que levam à precarização de vidas e corpos que se tornam suscetíveis a preconceitos, discriminações, explorações, violências e assassinatos em larga escala.” (PRADO, 2017, p.8). Esta problematização é um exercício complexo, uma vez que:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (LOURO, 2008, p. 8).

A escola é pertencente a essa esfera que faz parte e atua na formação dos mais variados sujeitos, nesse espaço existe a manutenção de práticas que reforçam os padrões da heterossexualidade, padrões estes que permeiam esses ambientes e desde muito cedo educam os sujeitos, modelando-os para o feminino e o masculino, tidos como norma.

O currículo brasileiro não é neutro, é formado historicamente e pautado por relações de poder que produzem identidades sociais e individuais de sujeitos. Somado a isso, em suas práticas, mesmo sem perceber ou pelo simples fato de está introjetado neles/as, professores/as continuam reforçando esses padrões e acabam, por vezes, naturalizando-os. Por mais que alguns tenham consciência da importância desse debate, por um conjunto de fatores não sabem como introduzi-los em sala de aula.

Entender o âmbito escolar como lugar de direcionamento e construção das atuações “apropriadas”, considerando-o como ambiente sexista, heteronormativo⁹ e segregador, é

⁹Perspectiva que considera a heterossexualidade e os relacionamentos entresssexos de sexo diferente como fundamentais e naturais dentro da sociedade, levando por vezes à marginalização de orientações sexuais diferentes da heterossexual.

compreender esse espaço como um lugar de discriminação de pessoas que não estão inseridas no padrão “aceitável”, uma vez que:

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigações de nortear suas ações por um padrão (LOURO, 2010, p. 43).

A maioria dos professores/as não abordam algumas temáticas por vários motivos, geralmente os educadores não se sentem à vontade com temas que sejam considerados novos, como é o caso dos estudos de gênero, sentem-se mais confortáveis ensinando uma história mais clássica, com base apenas no livro didático, sobretudo depois das polêmicas que esses temas levantam na sociedade e as várias críticas que vêm sofrendo, sendo alvo de ataques na mídia.

Para não entrar em embates com os pais ou a comunidade, para os educadores/as acaba sendo melhor não levantar debates sobre os temas de gênero nas salas de aulas. Esse despreparo ou comodismo nem sempre é culpa do professor, a própria formação falha na preparação do professor/a do ensino básico para enfrentar essas questões, a falta da formação continuada faz com que aumente a deficiência do ensino de história, assim como as condições de trabalho, a desvalorização do profissional e os baixos salários, todos esses fatores contribuem para que os alunos não alcancem um aprendizado satisfatório.

Nós educadores e educadoras, geralmente nos sentimos pouco a vontade quando somos confrontados com as ideias provisoriamente, precariedade, incertezas – tão recorrentes nos discursos contemporâneos. Preferimos contar com referências seguras, direções claras, metas sólidas e inequívocas. (LOURO, 2010, p. 41).

Mas para que aconteçam mudanças, não apenas o professor tem que modificar seu pensamento ou participar de formações que lhes permita trabalhar com os temas de gênero. É necessário, também, que os livros e o currículo mudem. Se os professores têm como base os livros didáticos para dar aula, e esses livros são sempre norteados pelo que diz o BNCC - Base Nacional Curricular, isso quer dizer que esse ensino está pautado nas relações de poder imbrincadas na sociedade. Na maioria das vezes esse currículo é definido por homens e mulheres brancos, heterossexuais, de religião cristã que, influenciados por suas “verdades”, querem que seus padrões estejam refletidos nesse documento que regulamenta o ensino de todas as áreas do conhecimento. Outros temas que saiam desse centro acabam por não entrar como assuntos importantes para serem debatidos nas escolas.

Nesse sentido, a luta das mulheres se desdobra em duas frentes. Primeiro para que haja reconhecimento de suas histórias, assim como a inserção não só no livro didático, mas

também como tema central de debates nas escolas, e a outra, contra a hegemonia do poder que é atribuído aos homens, mostrando que as mulheres também fizeram parte da história e tiveram/têm sua importância para a sociedade.

Nos livros didáticos, bases das aulas de história hoje, principalmente na rede pública, têm a história contada por uma ótica eurocentrista, que exalta os “grandes nomes”, e essas figuras sempre são homens conhecidos como heróis nacionais, que compõem a história do nosso país. A história ensinada ou vista por essa perspectiva passa a ideia de que apenas homens brancos foram importantes para nossa história, nisso está implícito que mulheres, índios, negros e outros grupos que existem no país desde sua formação não foram importantes, a pequena parte que cabe dos grupos étnicos só fora incluída depois de muitas lutas, porém as questões de gênero ainda permanecem silenciadas, sem aparecer nos livros didáticos e sem ter representatividade social.

Apesar da grande produção científica sobre feminismo e história das mulheres, essa produção chega às universidades, mas não tão significativamente, e bem menos nas escolas de ensino básico. A nossa história ainda continua silenciando de diversas formas os sujeitos que não estão como figuras centrais na sociedade. Sendo assim, se fazendo necessário que os debates sobre as relações de gênero façam parte dos temas escolares. Entendemos que a educação feminista pretende o ensino que reconheça a existência de diferenças entre homens e mulheres, ou seja, que reconheça que existe um problema de gênero e este precisa ser debatido no âmbito escolar para que, na formação dos sujeitos, sejam desconstruídas essas naturalizações de comportamentos machistas/sexistas, principalmente dos homens.

Como docentes, temos o dever político de ajudar na formação de novos cidadãos, sendo assim, é importante que possamos usar meios para subverter a ordem de poder estabelecida, com o objetivo de garantir uma forma de ensino democrático que seja capaz de fazer com que a diversidade seja aceita e a violência seja amortizada no meio social de cada ser humano, promovendo a igualdade entre todos. Para que esse processo de desconstrução do modelo de sociedade patriarcal/machista ocorra, é de extrema importância que os professores estejam atentos, para não reproduzir o padrão naturalizado. O objetivo é de sempre promover o respeito a multiplicidade, não apenas dentro da escola, mas que esse exercício de aceitação atravesse os muros da escola e reflita fora do âmbito escolar.

Nesse sentido, destacamos a importância da obra da escritora Chimamanda. Seu livro, *Para educar crianças feministas* constitui-se num material de apoio ao professor que se interesse pelas discussões de gênero e esteja sensível à importância do debate em tempos sombrios, marcados pelo ódio, segregação e violência. Uma vez que o livro aborda, de

maneira clara e numa linguagem acessível aos jovens, temas que fazem parte do cotidiano da maioria dos alunos, falando sobre os papéis de gênero enquanto um construto social, sobre a naturalização de determinados comportamentos que definem o que é ser homem ou mulher, traz vários questionamentos sobre como as mulheres sofrem com a violência provocada por essa realidade social, e, por fim, ela ainda nos mostra que qualquer pessoa, independente de gênero, pode lutar em prol das causas feministas, pois para isso é necessário que a pessoa reconheça que existe uma diferença construída socialmente e que esta concede poder aos homens.

Esse deveria ser o maior sentido de ensinar o feminismo na escola, tentar levantar essas questões para que meninos e meninas possam perceber essas diferenças que estão a sua volta, sendo assim, tentando desnaturalizar os comportamentos (pre)estabelecidos no universo que os circunda. É de suma importância que conscientizemos meninas sobre esses papéis de gênero e que ensinemos elas a lutar contra a ordem patriarcal, mas se faz mais urgente e importante, mesmo que seja difícil, fazer com que os homens entendam que, enquanto seres humanos, devemos ser todos iguais, ter as mesmas oportunidades e que um gênero não pode se sobrepor ao outro.

[...] sigo apostando que promover pesquisas na perspectiva de gênero possibilita não só discutir e repensar nossa inserção social como mulheres e homens e como profissionais da educação, mas pode contribuir, efetivamente, para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, não só no que se refere ao gênero, mas em todos os níveis e relações. (MEYER, 2010, p. 25-26).

Considerando que nossos conceitos de gênero são construções sociais, devemos atentar que esta é uma discussão necessária, pois, de acordo com os estudos de gênero, o tema feminismo não chega de forma eficiente nas escolas brasileiras. Nas escolas, sequer temos debates sobre o que é o movimento feminista, como e porque surgiu e quais são suas lutas. Poucas meninas em idade escolar têm consciência de que as diferenças sociais entre homens e mulheres são construídas, conseqüentemente, essas diferenças permanecem naturalizadas e internalizadas por elas. Também não são trabalhados o respeito às diferenças e estimulado o exercício de igualdade entre os alunos, o que gera muita falta de respeito entre alunos/as e entre alunos/as e professores/as. Os estudos de gênero, como muitos pensam, não pretendem ir de encontro aos valores familiares, muito menos negam a diferença biológica entre homens e mulheres, tampouco vai contra valores religiosos. O que se pretende é conscientizar os jovens de que vivemos em uma realidade social que não é justa para as mulheres e que, enquanto cidadãos, temos que aceitar a pluralidade que permeia a sociedade.

Sabemos como é difícil abordar esses temas, pois se até na universidade, lugar que entendemos ter a função precípua de discutir a pluralidade da sociedade, sofremos ataques de ódio, imagina inserir esses temas no ensino escolarizado, esse desafio com certeza se torna muito maior. Existem muitas forças contrárias a esse trabalho, as pressões de uma parte da sociedade, geralmente grupos religiosos fundamentalistas, as próprias representações que os jovens têm em casa, a falta de conhecimento de muitos, são fatores que dificultam todo o processo de aprendizagem de discussões tão importantes, além desses fatores, os professores, por muitas vezes, têm que ir em busca de materiais didáticos sozinhos e além, transversalizar o tema em sala de aula, pois o currículo não contempla em sua plenitude as discussões de gênero. Mesmo sabendo de todas essas implicações, mas frente à “onda” de ódio instaurada, temos urgência e necessidade de propiciar esses debates em sala de aula, pois

Todos e todas nós participamos desses processos de produção, de forma mais ativa ou passiva, sofrendo-os ou impondo-os, a nós mesmos e aos outros com quem convivemos profissional ou afetivamente. E refletir sobre esses processos e a nossa participação neles no âmbito da escola ou em qualquer outro espaço é fazer uma discussão política. (MEYER, 2010, p. 25).

Como educadores, devemos passar a ver a diversidade como algo que faz parte da nossa realidade, silenciar os diversos grupos não vai fazê-los desaparecer, tampouco vai resolver problemas de cunho social, urge integrarmos esses grupos aos espaços escolares, dando-lhes a oportunidade e a liberdade de se expressar, garantindo o direito ao respeito, despertando nos/as alunos/as o senso de respeito. Precisamos, enfim, de políticas que desestabilizem a ordem, que também desconstruam as naturalidades, pois só assim é “possível então que a história, o movimento e as mudanças nos pareçam menos ameaçadoras” (LOURO, 2003, p. 51). Quando conseguimos trabalhar de forma que subverta a ordem naturalizada, estamos tomando posições de resistência contra essa ordem instituída há muito tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intento de articular educação feminista e ensino de História, entendemos que a introdução investigativa e problematizadora dessa temática em sala de aula, na escola, pode conseguir repensar, ressignificar e construir novos sentidos e referências que permitam perceber as relações de gênero. Portanto, esse diálogo torna-se imprescindível.

Nesse sentido, Chimamanda nos ajuda a entender as representações dos papéis de gênero, além de discutir maneiras de desnaturalizar tais papéis, fazendo entender que nossas

representações de gênero são construtos sociais, e que politicamente podemos mudar a ordem (pré)estabelecida na sociedade. Faz-nos entender que existem diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas que socialmente as mulheres ainda continuam em desvantagem em relações aos homens e o discurso biológico exagera essas diferenças.

As discussões acima apresentadas demonstram a urgência de trabalhar com gênero no ensino de história nas escolas de ensino básico, assim como traz sugestão de ferramentas didáticas para trabalhar na perspectiva dos estudos de gênero. Entendendo que a escola não se resume a um espaço para se absorver conhecimentos, também é o campo de formação de sujeitos enquanto cidadãos. Tendo em vista que os documentos oficiais não “contemplam” de forma eficiente as temáticas de diversidade e gênero, é necessário que se levantem debates sobre os temas no ensino escolarizado.

Os últimos acontecimentos, tanto na mídia quanto os episódios que aconteceram perto de nós, nos fizeram refletir sobre as discussões de gênero, e sobre como no presente momento estas se fazem urgentes e importantes em qualquer esfera. Questionamos o porquê de essas discussões serem necessárias no ensino básico brasileiro, assim como quais as dificuldades que os professores enfrentam para inserir os temas nas escolas.

Podemos concluir que a escola não é apenas um espaço aonde vamos para aprender apenas a ler e fazer cálculos que fazem sentido para um indivíduo, ela é responsável por oferecer um ensino democrático que alcance a realidade social dos estudantes, é um lugar que também tem o objetivo de promover a cidadania, em que os alunos entendam que é possível o convívio em meio às diferenças e que se distanciem da violência. Os professores que promovem a igualdade de gênero na escola cumprem o papel de formador de cidadão, saindo do modelo de ensino nas formas tecnicistas que ainda acontece no sistema educacional brasileiro.

Acreditamos que a escola possa ser um lugar de respeito mútuo, e que esse respeito aprendido através do ensino transponha seus muros, transformando a realidade social. Isso não implica dizer que valores aprendidos na família ou religião venham a ser desrespeitados, o objetivo é que esses valores não sejam vistos como verdade única a ser seguida e que, por estar inserido nesse padrão, o indivíduo se ache no direito de violentar seus diferentes.

THUS SPOKE SIMONE DE BEAUVOIR: TEACHING GENDER IN THE CLASSROOM
IN DIFFICULT TIMES

ABSTRACT

During the twentieth century, historiography opened the research field of the historian; with this it was possible to study the most varied topics as a way of understanding the relationships of man in the world. For a long time women suffered and still suffering because of machismo, in this perspective it was very important the emergence of feminist movements, so that the differences between men and women were diminished over the years. In this research we analyze the book of the author Chimamanda Ngozi Adichie *To Educate Feminist Children* with the proposal to understand what arguments she uses to explain the gender relations of contemporaneity, in addition, to see which are the approximations between the teaching of History and the gender relations in school education also shows the importance of teaching contents about feminism and verify the difficulties teachers face in inserting such themes in primary school classrooms. In this sense, we seek to understand how history teaching can young people about how gender relations are unequal in society and is the result of a socio-cultural construction, thus contributing to the reduction of the differences between men and women in society, once these difficulties are shown we propose the use of the book as didactic material in classrooms as an instrument to bring this debates to young people in training.

Key-words: Teaching History. Gender. Feminism.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução Christina Baun. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 63p.

_____. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Tradução de Denise Bottmann. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, 94p.

BEAUVOIR, Simone de P. **Segundo Sexo**, Vol.2: A Experiência Vivida, Difusão Europeia do Livro, 1967.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DE CERTEAU. Michel. **A escrita da história**. 2ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits* II. Paris, Gallimard, 1994. In: CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Trad. Ingrid

Müller Xavier. Rev. tec. Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. 191p.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar Esterman. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. 191p.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. In: **Revista Opsi**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 316-329, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsi/article/view/34189/20054>>. Acesso em: 25 out. 2017.

NOGUEIRA, Kiko. **Os degenerados que queimaram a “bruxa” Judith Butler nos atiraram de vez na Idade Média**. Diário do Centro do Mundo. 7 nov. 2017. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/os-degenerados-que-queimaram-a-bruxa-judith-butler-nos-atiraram-de-vez-na-idade-media-por-kiko-nogueira/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Feminicídio: #invisibilidademata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.